



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JOSÉ NILTON FERREIRA PANDELOT



Lei de Criação nº 5.926, de 26-10-1943
Data da instalação: 15-1-1944
Data de implantação do PJe: 15-4-2015

Jurisdição: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarará, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, Santana do Garambeú, São João Nepomuceno, Senador Cortes e Simão Pereira.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 20-4-17-2017, p. 3.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h10min do dia vinte e dois de maio de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, situada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 1.880 – 1º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **José Nilton Ferreira Pandelot**; pelo MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Fernando Saraiva Rocha**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Kátia Vieira de Oliveira; pelos servidores Antônio Carlos da Rocha Pereira, Fernanda Monteiro de Lima, Hellen Giotti Ladeira de Andrade, Helton Eustáquio Figueiredo, Janaína de Almeida Moreira, Luciana Croce Guilhermino, Marcos José Santarossa Júnior, Michelle Fernandes da Motta, Pedro Paulo Queiroz, Raquel Senra Castellões Leite e Valmor Borges e pela estagiária Danila Aparecida Machado. Ausentes os servidores Guilherme Araújo Schmidt, em licença médica; Andresa de Freitas Soares, em licença-maternidade e Patrícia Novaes Banhato em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 670 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 19-5-2017, apurando-se a média de 8,8 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 142 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 95 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 47 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 13 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 247 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 170 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 109 autos de processos com carga, dentre eles com mais de 30 dias para prolação de sentença, com carga para o MM. Juiz José Nilton Ferreira Pandelot os processos 00010036/15, 0010081/15, 0011164/15, 0011318/16, 0011574/15, 0011483/15, 0010404/15, 0010086/17, 0010091/17, 0010091/15, 0010484/16, 0011659/16, 0011566/15, 0010133/17, 0011373/16, 0010891/16, 0010003/15, 0010002/15, 0012093/16, 0010112/17, 0011856/16, 0011985/16, 0010517/16, 0011872/16, 0011581/15, 0011788/16, 0010724/16, 0011796/16, 0010125/17, 0012186/16, 0011607/15, 0010075/16, 0011588/15, 0010751/16, 0010160/17, 0010748/16, 0010223/15, 0011599/15, 0010046/15, 0011807/16, 0011608/15, 0010895/15, 0010239/17,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0011819/16, 0011813/16, 0011045/16, 0011614/15, 0011602/15, 0011818/16, 0010151/17, 0011604/15, 0010146/16, 0010114/17, 0011596/15, 0011507/15, 0010196/15, 0011850/16, 0010123/16, 0011139/15, 0010199/17, 0012157/16, 0010103/15, 0010831/16, 0011614/16, 0010353/17, 0010329/15, 0010362/16, 0011266/16 e 0010050/17, justificados os que a carga compreende as férias do magistrado de 17-4-17 a 16-5-17.

Deverá o magistrado, em até 10 dias, regularizar os processos 0010036/15, 0011164/15, 0011318/16, 0011574/15, 0011483/15, 0010404/15, 0010086/17, 0010091/17, 0010091/15, 0010484/16.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 48 autos de processos físicos com carga, das quais 10 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constam 11 autos de processos físicos com carga, das quais 9 vencidas e cobradas, devendo a Secretaria da Vara reiterar as cobranças já efetuadas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 86 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara proceder à baixa nas perícias já realizadas.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 227 mandados expedidos em processos físicos e 493 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 29 pendentes de cumprimento em processos físicos, com 3 deles com excesso de prazo e 79 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 28 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 38 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 19-5-2017, existem 113 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 19-5-2017)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	1
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	501
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	49
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	490



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	19
Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	372
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	86
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	209

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 2.776 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.148 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 1.617 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 11 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 19-5-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Juiz de Fora, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 2.478, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 64%.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 19-5-2017, existem 33 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 22-5-2017 havia 20 processos:

- procedimento sumariíssimo: 7 processos;
- procedimento ordinário: 6 processos;
- instrução: 4 processos;
- tentativa de conciliação na fase de execução: 2 processos.
- tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 1 processo.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Foram examinados os autos dos processos 0012039/16, 0012042/16, 0012151/16, 0010602/17, 0010610/17, 0010611/17, 0010619/17, 0010369/17, 0010351/17 e 0010374/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010602/17, 0010610/17, 0010611/17, 0010619/17, 0010369/17, 0010351/17 e 0010374/17: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 6 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010644/17, 0010643/17, 0010633/17, 0010625/17, 0010618/17, 0010617/17, 0010615/17, 0010607/17, 0010528/17, 0010420/17, 0010945/16, 0011599/16, 0011090/16, 0011521/15, 0010292/15, 0010240/17, 0010149/17, 0011807/16, 0011557/16, 0011941/16, 0011873/16, 0011109/16, 0011519/16, 0012096/16, 0011484/16, 0011487/16, 0010036/17, 0011642/16, 0011941/16, 0011557/16, 0010727/16, 0010128/16, 0011518/16, 0011912/16, 0010383/17, 001275/17, 0010274/17, 0011815/16, 0010098/17, 0010193/17, 0011775/16, 0010763/16, 0011257/16, 0010755/16, 0011467/16, 0010765/16, 0011407/16, 0011311/16, 0011499/16, 0010493/16, 0010747/16, 0012025/16, 0011567/15, 0010585/17, 0010650/17, 0010361/17, 0011697/16, 0011891/16, 0011745/16, 0011924/16, 0012134/16, 0010270/17, 0010282/17, 0010135/17 e 0010559/16.

Foram examinados os autos dos processos físicos 01954/14, 01687/14, 01789/14, 01591/14, 00312/15 e 00432/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010240/17, 0010149/17, 0011109/16, 0011519/16, 0010098/17, 0010193/17, 0010361/17, 0011891/16, 0011924/16, 0012134/16, 0010270/17, 0010282/17, 001275/17, 0010274/17 e 0010135/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010528/17: excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id 6fb6efc (mais de 30 dias);

- 0010420/17: excesso de prazo para cumprimento do mandado – Ids f9a7418 e 5984963 (mais de 30 dias);

- 0011775/16: excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id 41be8af (mais de 30 dias);

- 0010763/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 10424d0 (mais de 30 dias);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- 0011467/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 8783fd0 (mais de 30 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id ae8dea8 (mais de 10 dias);
- 0010765/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 5ab0781 (mais de 20 dias) e cumprimento – Id 9a160d8 (mais de 10 dias);
- 0011407/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Ids 7d65eb4 e a3c5f54 (mais de 30 dias);
- 0011311/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 5d1bf01 (mais de 30 dias);
- 0010493/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id a2270c2 (mais de 30 dias);
- 0010747/16: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 4400738 (mais de 30 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a166e69 (mais de 10 dias);
- 0012025/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 350b939 (mais de 10 dias);
- 0011567/15: excesso de prazo para elaboração dos cálculos – Id 618f50c (mais de 30 dias).

PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – processos examinados no Pje, aguardando decisão do STF.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	15	40	57
Procedimento Ordinário	93	102	158
Instrução processo físico	-	-	818
Instrução processo eletrônico	154	276	192

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	14	14	5-6-17- 14 dias
Procedimento Ordinário	90	113	23-10-17 – 154 dias
Instrução	252	357	4-6-18 – 378 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 19-5-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	210	57
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	315	158
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	239	56
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	14	818
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	377	278
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	228	64
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	12	784
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	335	276



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 19-5-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	22	83
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	7	486
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	48	55

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 19-5-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	54	1107
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	16	670
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1162	5,26
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	149	0,67
Decisões na fase de execução	144	0,65
Total	1455	6,58

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em abril de 2017, com 15 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	46	3,07
Procedimento ordinário	83	5,53
Instrução	70	4,67
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	17	1,13
Total	216	14,4

No mês de abril de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão,



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

foram proferidas 36 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 14 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 47 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declaram os magistrados que comparecem nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 1.100 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1917	1980
Média por dia útil	8,52	8,95
Processos remanescentes do ano anterior	741	906
Sentenças anuladas	29	20
Total de processos para solução	2687	2906
Processos solucionados	1779	1863
Processos conciliados	654	701
Produção	66,20%	64,10%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 0,45% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve uma diminuição de 2,1%.

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	MGD	Força de Trabalho
Abr/15 a Mar/16	0,6563	0,92
Abr/16 a Mar/17	0,8078	0,96

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Abr/16 a Mar/17			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,8860	0,2634	0,8149	0,5942

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Abr/15 a Mar/16	VALOR ORIGINAL Abr/16 a Mar/17	MEDIA VARAS DO TRABALHO Abr/16 a Mar/17	MICRO REPARAME-TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	2.163 dias	2.264 dias	1.538 dias	0,7824
	PENDENTE	5.371	5.622	3.600	0,7259
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	785 dias	752 dias	979 dias	0,2634
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	38,58%	35,61%	37,89%	0,6709
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	92,85%	91,65%	98,21%	0,8284
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	42,70%	43,13%	38,08%	0,7053
	TC LIQUIDAÇÃO	49,14%	36,11%	39,35%	0,5078
	TC EXECUÇÃO	90,64%	85,27%	74,86%	0,7734
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	8,60%	14,80%	22,35%	0,2031

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$ 2.375.279,49	R\$ 571.871,08

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2007, que dispõe sobre a prática de atos meramente ordinatórios; 1/2009, sobre as publicações dos atos processuais no Diário Eletrônico e a 001/2010, que revoga a Portaria 2/2007.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 3 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos aos magistrados.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 4 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º, da CLT;
- 4) regularizados os processos constantes do subitem 1.5, em até 10 dias, oficiando a Vice-Corregedoria Regional;
- 5) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico:
www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;
- 6) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

7) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos inaugurais de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição;

8) envidados esforços na redução do volume de processos constantes do arquivo provisório.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias previsto no artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;

4) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

5) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

Em relação ao ano 2017 ainda não foi liberado pelos Conselhos Superiores os parâmetros para a aferição das metas e indicadores, sendo que os dados abaixo se referem ao exercício de 2016.

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 88%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Julgar processos mais antigos identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,75%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT / Indicador 15 TRT3: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 37,65%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT / Indicador 12 TRT3: Índice de Execução (IE) - Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 65,66%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.

Meta 5 CSJT / Indicador 8 TRT3: Tempo médio de duração do processo.

Em 2016 o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 156,84 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

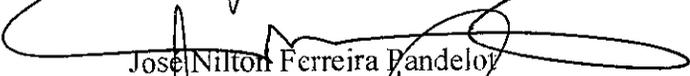
Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

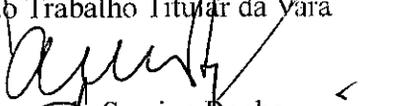
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 14 horas do dia vinte e dois de maio de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, pelo MM. Juiz do Trabalho Auxiliar e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos


César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


José Nilton Ferreira Pandelot
Juiz do Trabalho Titular da Vara


Fernando Saraiva Rocha
Juiz do Trabalho Auxiliar


Kátia Vieira de Oliveira
Secretária da Vara do Trabalho